



Tipo de Trabalho: Resumo Simples
Seção: Medicina

TELEMEDICINA E EQUIDADE NO ACESSO À SAÚDE: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO ATENDIMENTO MÉDICO¹

José Vitor Oliveira Barcelos², André Luis Buchanelli Holz³, João Pedro Zanatta⁴, Camila Lena Martini⁵, Larissa Welter Hoffmann⁶, Pietra dos Santos Hartmann⁷, Cecília Gabriela Rubert Possenti⁸, Júlia Nunes Mallmann⁹

¹ Trabalho elaborado nas Unidades de Ensino e Aprendizagem: Saúde coletiva: Diagnóstico da Saúde da Comunidade e Formação Geral e Desenvolvimento Pessoal: Bases do Conhecimento Científico no curso de Medicina da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - Unijuí.

² Estudante do Curso de Medicina da Unijuí. E-mail: jose.barcelos@sou.unijui.edu.br

³ Estudante do Curso de Medicina da Unijuí. E-mail: andre.holz@sou.unijui.edu.br

⁴ Médico formado pela Universidade de Passo Fundo, com atuação em Emergência e Terapia Intensiva (CTI) no Hospital Ivan Goulart em São Borja-RS. E-mail: jp_zanatta@hotmail.com

⁵ Estudante do Curso de Medicina da Unijuí. E-mail: Camila.martini@sou.unijui.edu.br

⁶ Médica formada na Universidade Federal do Rio Grande FURG, residente de saúde da família e comunidade pela Unijuí. E-mail: larissawhoffmann@gmail.com

⁷ Estudante do Curso de Medicina da Unijuí. E-mail: Pietra.hartmann@sou.unijui.edu.br

⁸ Estudante do Curso de Medicina da Unijuí. E-mail: cecilia.possenti@sou.unijui.edu.br

⁹ Professora da UNIJUI, médica pela FURG, Médica de Família e Comunidade (MFC) pelo Grupo Hospitalar Conceição, MFC na ESF Thomé De Souza em Ijuí-RS. E-mail: julia.mallmann@unijui.edu.br

Introdução: A telemedicina é definida como um serviço que, por meio das tecnologias de informação e comunicação, possibilita o intercâmbio na prestação de serviços de saúde a populações onde a distância representa um fator crítico. Essa abordagem permite superar barreiras geográficas, promovendo uma integração eficaz entre pacientes e profissionais de saúde. No Brasil, sua implementação tem avançado gradualmente, enfrentando também importantes desafios. Historicamente, o uso da telemedicina passou por períodos de restrição e flexibilização, com regulamentações que alternaram entre limitar e expandir suas aplicações. Em 2020, a pandemia de COVID-19 acelerou sua adoção, com medidas emergenciais que autorizavam consultas e monitoramentos remotos. A expansão da telemedicina se mostrou particularmente relevante para a promoção da equidade em saúde ao permitir que populações historicamente marginalizadas como moradores de áreas rurais, periferias urbanas e comunidades indígenas tivessem acesso a serviços antes inacessíveis. Pesquisas de 2022 indicam que 33% dos médicos brasileiros passaram a realizar atendimentos por teleconsulta, demonstrando uma mudança significativa na prática clínica. Assim, a telemedicina consolida-se como uma ferramenta estratégica para ampliar o acesso à atenção básica e especializada. No entanto, persistem desafios, como a infraestrutura digital inadequada em áreas remotas, a necessidade de capacitação profissional e questões regulatórias pendentes.

Objetivos: Analisar o impacto da telemedicina na equidade do acesso à saúde, destacando benefícios, desafios e estratégias para sua implementação eficaz. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura com artigos publicados entre 2019 e 2024, selecionados nas bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando os descritores (MeSH terms): Telemedicine, Digital Health, Health Equity e Remote Consultation. Foram incluídos estudos que abordam o impacto e os desafios da telemedicina, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas,



excluindo-se relatos de casos isolados e revisões sem análise crítica. Complementarmente, foram consultadas fontes oficiais do governo brasileiro, como os portais institucionais do Ministério da Saúde e da Agência Brasil (EBC), para atualização e contextualização dos dados. **Resultados:** A análise dos estudos revelou que a telemedicina tem se mostrado uma ferramenta promissora na redução das desigualdades no acesso à saúde, sobretudo em áreas rurais e periferias urbanas. O avanço na digitalização dos prontuários eletrônicos e o aumento do uso de prescrições médicas digitais, adotadas por 68% dos médicos, demonstram o fortalecimento da infraestrutura necessária para consolidar o atendimento remoto com qualidade. Além disso, o monitoramento remoto de pacientes, prática que cresceu de 9% para 23% entre médicos no período de 2019 a 2022, evidencia o potencial da tecnologia para ampliar a continuidade do cuidado longitudinal em comunidades vulneráveis. A implementação da telemedicina possibilitou a ampliação do acesso a atendimentos especializados, reduzindo a necessidade de longos deslocamentos e contribuindo para a diminuição do tempo de espera por consultas. O acompanhamento remoto de pacientes favoreceu a continuidade do cuidado, especialmente no manejo de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, promovendo maior adesão terapêutica e possibilitando a identificação precoce de casos que demandam intervenção especializada ou hospitalização. Com isso, a telemedicina contribui não apenas para evitar internações desnecessárias, mas também para garantir que pacientes que realmente necessitam de cuidados hospitalares sejam adequadamente identificados e encaminhados. Do ponto de vista da equidade, destaca-se o potencial da telemedicina para mitigar desigualdades regionais e sociais, ao levar cuidado médico a comunidades distantes dos grandes centros urbanos. No entanto, esse potencial é limitado pelas barreiras estruturais já existentes. A desigualdade no acesso à internet de qualidade, especialmente em áreas remotas, compromete a efetividade da modalidade. Soma-se a isso a falta de equipamentos adequados e a baixa alfabetização digital de parte da população, fatores que dificultam a participação ativa dos pacientes no cuidado da própria saúde. Entre os profissionais da saúde, observou-se certa resistência à adoção das novas tecnologias, frequentemente associadas à insegurança diante de aspectos éticos e legais. Essa insegurança decorre das mudanças constantes nas regulamentações da telemedicina, da preocupação com a privacidade dos dados e da definição de responsabilidades clínicas. Outro desafio é a limitação na construção do vínculo entre médico e paciente, sobretudo em atendimento que exigem observações clínicas detalhadas ou envolvem questões emocionais mais complexas. Por fim, observou-se também um impacto positivo em políticas públicas. A adoção da telemedicina tem contribuído para uma maior eficiência do sistema de saúde, ao facilitar a integração entre diferentes níveis de atenção e reduzir a sobrecarga dos serviços presenciais. **Conclusões:** A telemedicina contribui para a democratização do acesso à saúde. Sua implementação alcança populações historicamente excluídas e favorece o acompanhamento contínuo de condições crônicas. No entanto, desigualdades regionais, limitações tecnológicas e barreiras profissionais comprometem sua efetividade. Dessa forma, tornam-se necessários estudos que aprofundem os impactos da telemedicina no cuidado primário, com o objetivo de orientar políticas públicas mais adequadas e sustentáveis frente às necessidades do sistema de saúde brasileiro. **Palavras-chave:** Telemedicina; Acesso à saúde; Saúde digital; Tecnologia na saúde; Equidade.